

## **REFLEXÕES SOBRE OS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS ENTRE MORADORES DE VILA BRASIL E ILHA BELA – OIAPOQUE/AP., E A ÁREA DO PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE.**

Elilson Rabelo Almeida<sup>1</sup>  
Debora Barbosa da Silva<sup>2</sup>  
Uédio Robds Leite da Silva<sup>3</sup>

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é refletir sobre os conflitos socioterritoriais entre moradores de Vila Brasil e Ilha Bela – Oiapoque/AP e a área do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque no Estado do Amapá. Para tanto, utilizou-se como método de investigação uma relação dialógica com os moradores das localidades envolvidas na pesquisa. Tal fundamentação se deu de acordo com MARCONI e LAKATOS, que ao tratarem de pesquisa qualitativa demonstram a importância da voz dos sujeitos para a compreensão de sua realidade. Desse modo, o presente trabalho traz como primeiros resultados que os conflitos ocorrem em dois sentidos: um ocorre entre os próprios moradores das duas comunidades, que ao disputarem o comércio de mantimentos, bebidas, combustíveis e outros vendidos para garimpeiros brasileiros que acessam a Guiana Francesa em busca de ouro; já o outro conflito se dá entre as duas comunidades e o Estado na figura do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMbio.

**Palavras-chave:** Conflitos, Estado, Comunidades.

### **Introdução**

A questão fundiária no Estado do Amapá desde sua criação em 1988, onde o mesmo deixa de ser território federal para se tornar Estado da federação, tem levantado inúmeros questionamentos quanto a destinação das Terras Públicas, que em sua maioria foi destinada à criação de Unidades de Conservação. Um destes questionamentos diz respeito ao não repasse das terras da União para o Estado, ocasionando conflitos na gestão das Terras no Estado entre o órgão Estadual, IMAP – Instituto do Meio Ambiente do Amapá e o Federal, INCRA – Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ambos responsáveis pela regularização fundaria. O outro, refere-se às grandes áreas destinadas a UC's criadas dentro do Estado, sob a gestão do ICMbio, as quais apresentam historicamente impasses colocando em questão a conservação da natureza e a reprodução da vida de comunidades tradicionais

---

<sup>1</sup>Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP/Campus Binacional de Oiapoque/AP - email: [elielsongeografia@gmail.com](mailto:elielsongeografia@gmail.com)

<sup>2</sup>Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP/Campus Binacional de Oiapoque/AP - email: [deborabbsilva@yahoo.com.br](mailto:deborabbsilva@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Professor de Geografia do Amapá da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP/Campus Binacional de Oiapoque/AP - email: [uediorobds@unifap.br](mailto:uediorobds@unifap.br)

preexistentes a criação dessas áreas de reserva, com isso ocasionando conflitos internos e externos envolvendo moradores locais e a gestão das UC's sobrepostas a essas mesmas comunidades.

Neste sentido, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) foi criado em terras públicas pelo governo federal através do Decreto s/nº de 22 de agosto de 2002. Possui uma área de 3.846.427 ha [...] (BRASIL, 2009, p. 12). Sua área territorial abrange cinco municípios do Estado do Amapá e um do Pará. Um desses municípios amapaenses é Oiapoque onde situam - se as comunidades de Ilha Bela e Vila Brasil a Oeste do município as margens do Rio Oiapoque, logo estão na área do parque. No ano de 2011, através do Decreto nº 051 de 13 de outubro de 2011, Vila Brasil passa a categoria de Distrito municipal sendo que Ilha Bela começa a integrar a área territorial do então Distrito. Estes são alguns elementos que denotam o surgimento de conflitos envolvendo estas comunidades e o Estado (ICMBio).

## **Metodologia**

Como fundamentação teórica utilizou-se o método de investigação social de acordo com MARCONI e LAKATOS (2003, p. 258). Os procedimentos adotados para realização da pesquisa foram participação em reuniões, uma em cada comunidade. Em seguida foi realizado levantamento de informações com alguns moradores, bem como com as principais lideranças locais. Tais informações foram registradas em cadernetas de campo, assim como, realizou-se registros fotográficos da área. Adicionalmente utilizou-se de dados e informações a partir das experiências obtidas em campo no acompanhamento da associação de moradores de Vila Brasil e de Ilha Bela por conta da prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural pelo órgão oficial do Amapá, RURAP.

Os procedimentos metodológicos adotados envolveram os moradores locais, sendo agricultores, extrativistas de produtos não madeireiros, garimpeiros, comerciantes, dona de casa organizada por meio de associação e catraieiros (transporte fluvial). Embora não haja a atividade de pesca suficiente, a mesma é desenvolvida para complementação alimentar local.

## Discussão

Foi constatado durante a pesquisa de campo que estas comunidades surgiram muito antes da criação do referido parque, fato gerador de conflito envolvendo os moradores e o organismo de Estado (ICMBio). Por seu turno, o ICMBio defende o marco legal que criou o PARNA, e atualmente moveu uma Ação Civil Pública na justiça pedindo anulação do Decreto de criação do Distrito municipal de Vila Brasil pela prefeitura de Oiapoque, no ano de 2011 (uma área que compreende cerca de 8 mil ha e que inclui as duas comunidades). Apresenta ainda, como justificativa, argumentos de que Ilha Bela surgiu a partir de aglomerações de garimpeiros que exploram a atividade ilegal em garimpos de ouro nas terras do território francês (Guiana Francesa) uma vez que o distrito brasileiro limita-se com terras daquele país.

Em função desta petição judicial e considerando a decadência do garimpo na Guiana Francesa, segundo relatos de moradores de Ilha Bela e Vila Brasil o fluxo de pessoas de Ilha Bela tem se reduzido, pois muitas famílias têm migrado em direção a cidade de Oiapoque, cidades de origem ou até mesmo para sua comunidade vizinha, Vila Brasil. As famílias que ainda resistem, lutam para garantir o direito de usufruto das terras para a exploração de atividades segundo elas “sustentáveis”. Sua proposta é de investimentos no ecoturismo, artesanatos produzidos com matéria-prima retirada da floresta, agricultura familiar dentre outras, no sentido de garantir a subsistência de suas famílias e garantir uma “identidade territorial”.

Outra situação conflitante envolve a comunidade de Vila Brasil, sobretudo, por parte dos comerciantes que concordam com o processo de “expropriação” dos moradores de Ilha Bela. Estes por sua vez ao saberem do posicionamento dos moradores da outra comunidade, discordam de tal argumentação desenvolvendo uma postura de antagonismo em relação à vizinha.

As localidades onde foi desenvolvida a pesquisa, historicamente possuem suas atividades econômicas baseadas no comércio, no caso de Ilha Bela a venda de produtos alimentícios para os garimpeiros que para muitos esta comunidade serve como ponto de apoio para tais garimpeiros adentrarem em “matas” francesas em busca de ouro. De outro lado, conforme informações de campo, Vila Brasil possui uma relação econômica mais intensa com a comunidade Indígena francesa Camopi que fica do outro lado do Rio Oiapoque, ou seja, o comércio nesta comunidade praticamente é aquecido pelos povos indígenas da Guiana

Francesa que vão em busca de alimentos, vestuários, bebidas entre outros, pelo menos duas vezes ao mês, uma vez que quinzenalmente o governo francês realiza pagamento de benefícios sociais a estas famílias indígenas.

Estas duas comunidades estudadas possuem algo em comum, ou seja, agricultores que produzem para subsistência familiar e venda do excedente, seja para indígenas, seja para garimpeiros, portanto a produção é em escala familiar uma vez que o tamanho das roças é controlado pelo ICMBio como estratégia de frear o desmatamento na área do Parque. Neste sentido (BRITO, 2008, p. 04) afirma que “a gestão das UC’s envolve, além de problemas ambientais, dificuldades de ordem econômica, social, e principalmente política, o que em geral ocasiona graves conflitos entre as populações locais e as ações dos responsáveis por sua gestão”.

Neste contexto, as pessoas criam afeto com o lugar em que vivem, pois há uma ligação íntima com a floresta e com a terra, por isso lutam pela permanência das comunidades que buscam em suas respectivas Associações de Moradores, forças para lutarem contra a expropriação das famílias de suas localidades a debater junto às políticas impostas pelo Estado (ICMbio) que muitas as vezes se posiciona de forma autoritária em defesa do PARNA e assim desconsidera as pessoas que ali vivem.

### **Considerações Finais**

Compreende-se que o fato dos moradores de Vila Brasil serem favoráveis a expropriação dos moradores de Ilha Bela tem um motivo óbvio, ou seja, reduzir a concorrência do comércio na região compreendida pelo então distrito de Vila Brasil, uma vez com a extinção de Ilha Bela, os garimpeiros passariam ter relações comerciais com a comunidade de Vila Brasil, assim suas ofertas de mercadorias tenderiam a aumentar.

Outra questão importante a ser ressaltada é que a entrada de novos comerciantes ou mesmo de novos moradores em Vila Brasil é restrita e controlada pelo ICMbio como forma de frear as ações antrópicas na área do Parque

Existe um enfraquecimento progressivo do poder das comunidades por estarem sob o controle do Estado por meio do ICMbio e que gera a expropriação dos moradores locais aumentando o risco social desta famílias.

Desta forma, este é um dentre tantos outros conflitos fundiários que estão no processo de constituição da estrutura fundiária do Amapá, os quais têm experimentado nesse tempo histórico. Esse, como os demais, merecem sempre ser analisados nos conceitos e práticas da geografia por meio de uma boa reflexão. Portanto é neste sentido que este trabalho se propôs.

### **Referências Bibliográficas**

BRITO, D. M. C. CONFLITOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP. N. 1 dez 2008. < Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/10>>. Acesso em: 30. set.2017.

ICMbio. **Plano de Manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque**. Macapá, 2009. <Disponível em: [www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/.../parna\\_montanhas-do-tumucumaque.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/.../parna_montanhas-do-tumucumaque.pdf)>. Acesso em: 30. Set.2017.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.